

Sexta-feira
6 de Setembro de 1991

Ano 2 n.º 551
Diário
100\$00 (Continente)
120\$00 (Madeira) 130\$00 (Açores)

Director **Vicente Jorge Silva**
Director-adjunto **Jorge Wemans**

Rua Amílcar Cabral Lt.1. 1700 LISBOA
Rua N. S. de Fátima, 177-1. 4000 PORTO

PÚBLICO

edição LISBOA



Apple Computer

Líder da resistência timorense responde em cassette vídeo a perguntas do PÚBLICO

“Se a visita não se realizar agora, Portugal deve romper as negociações”

“**T**enho saudades da paz”, diz Xanana Gusmão numa longa entrevista ao PÚBLICO. “Mas não podemos continuar a aceitar esta situação de armas descarregadas”, adverte, pedindo a Portugal que rompa as negociações, se a Indonésia atrasar mais a anunciada visita da delegação parlamentar ao território. É um retrato de corpo inteiro, aquele que o já lendário comandante da resistência timorense oferece de si mesmo aos leitores do PÚBLICO, abordando de improviso, diante duma câma-



Xanana Gusmão de camuflado e M-16 capturados aos indonésios (imagem do vídeo que o líder timorense enviou ao PÚBLICO)

ra, todas as perguntas que fizemos chegar clandestinamente às montanhas da ponta leste da ilha de Timor. As respostas foram gravadas em 2 e 3 de Junho passado e chegaram a Lisboa esta segunda-feira, dia 2. “Trata-se do mais importante depoimento de Xanana”, disse um membro da Comissão Eventual quando ontem à tarde, em Lisboa, acabou de ver o vídeo de 50 minutos que o PÚBLICO proporcionou a representantes dos três órgãos de soberania, de partidos timorenses e de organizações de solidariedade. p. 2 a 5

Gorbatchov vencedor Confederação provisória substitui URSS

Mikhail Gorbatchov forçou ontem o Congresso dos Deputados do Povo a aprovar as bases de uma nova União. É uma espécie de confederação provisória, um centro fraco sob a vigilância das repúblicas soberanas. Para acentuar a hora de mudança, o Congresso adoptou ainda uma Declaração que coloca as liberdades individuais acima do interesse do Estado. p. 12

PS e PSD Programas eleitorais em antevisão

A preocupação em apresentar medidas concretas esteve presente tanto na elaboração do programa eleitoral do PSD como do PS. Quanto à Lei Eleitoral, o PSD propõe mais uma vez a sua revisão e o PS insiste na regra da proporcionalidade. As medidas económicas e as questões europeias têm forte presença nas promessas eleitorais dos dois partidos. p. 8/9

Em carta ao CDS José Gama acusa Freitas e não quer novo partido

José Gama, o presidente da Câmara de Mirandela que se demitiu do CDS, acusa Freitas do Amaral de “falta de legitimidade política” para acusar Vieira de Carvalho de “traidor”. José Gama afirma ainda que não irá aderir a outro partido, nem tão-pouco ajudar a formar um novo. As declarações constam da carta de demissão, a que o PÚBLICO teve acesso. p. 10

Aulas entre 16 e 30? Ministro confiante e universidades sem dinheiro

As universidades portuguesas estão sem dinheiro e os reitores dizem que, se não vier o reforço financeiro, “não há condições de começar as aulas em Setembro”. Entretanto o ministro da Educação garantiu ontem em Aveiro que 98 por cento dos professores estarão colocados até dia 16 e que o ano lectivo começará entre 16 e 30 na maioria das escolas. p. 24 e 25

Este verão fique vermelho sem apanhar um escaldão.
Abra uma conta no BCI.

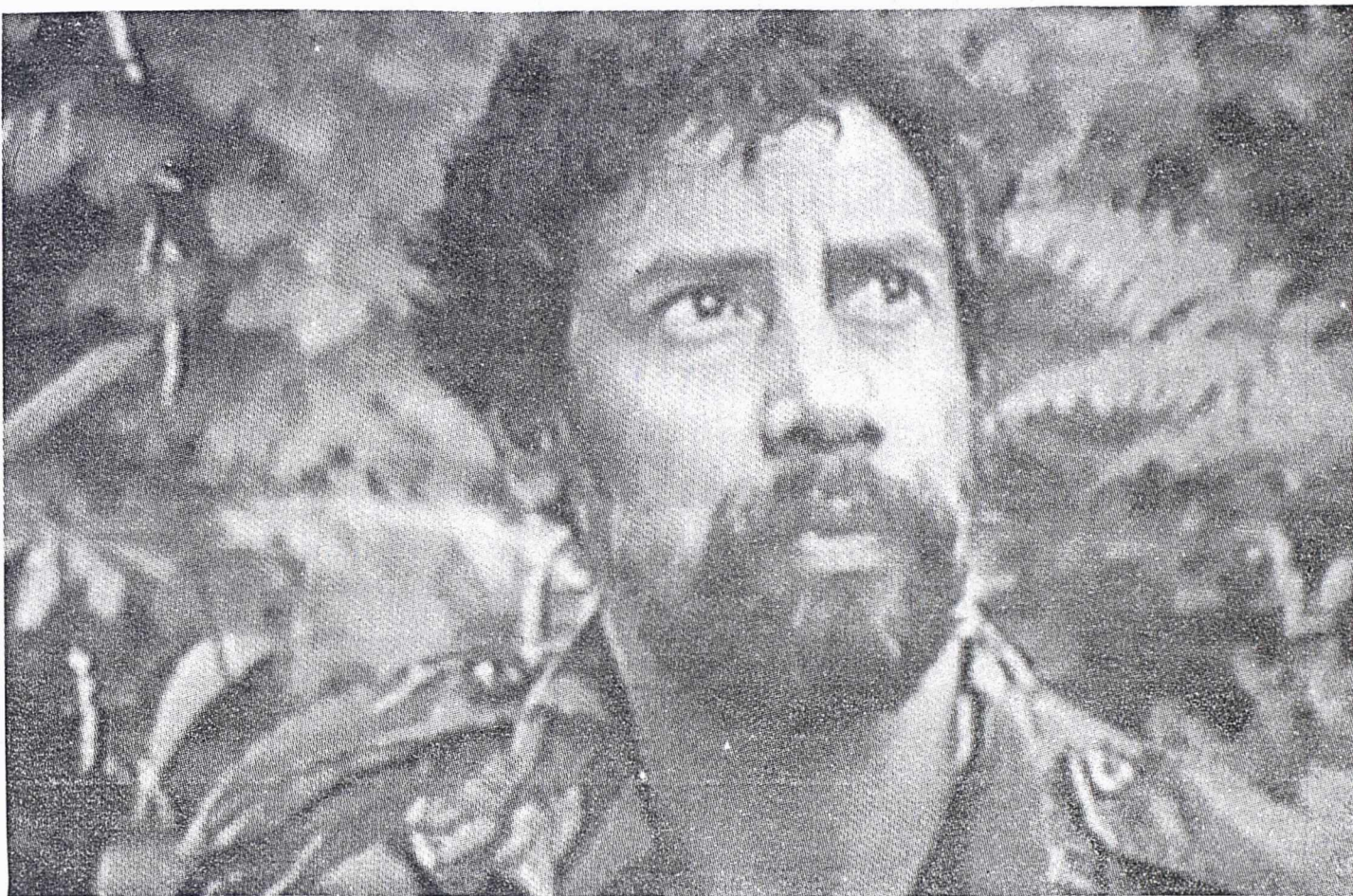
BCI
Banco de Comércio e Indústria
É tudo mais fácil.

DESTAQUE

Xanana Gusmão: "Solução para Ti

Adelino Gomes

Desafiador quando se dispõe a ir ao palácio de Díli falar com o governador Carrascalão e com o comandante indonésio; humilde quando confessa faltarem-lhe bases académicas para entender certos livros ("a minha doença há 16 anos"), Kairala Xanana Gusmão, 44 anos, antigo seminarista e operário da construção civil, quis dar a cara e a voz a um rosário de perguntas que o PÚBLICO lhe fez chegar, clandestinamente, à montanha. Falando de improviso, num português fluente, o líder da resistência armada — cargo que assumiu no início dos anos 80 — aceitou falar de tudo: de Portugal (que critica com moderação), da Fretilin (de que se mostra distante, mas a cujo "valor e glória" presta homenagem); do Papa João Paulo II, e do seu bispo Ximenes Belo. Na clandestinidade desde 1975, diz que só tem saudades da paz. Revela o que comem e bebem os guerrilheiros. Relança a proposta de conversações sem pré-condições. E decide arriscar uma cartada: se os indonésios arrastarem as negociações para a visita, Portugal deve romper. A entrevista na íntegra, nas páginas seguintes.



Xanana e o texto autografado da capa (e contracapa) do vídeo em que refere as condições e as datas de gravação das respostas

PÚBLICO — Que condições mínimas entende devem ser garantidas para que os deputados portugueses possam trazer uma visão completa do que se passa em Timor-Leste?

XANANA GUSMÃO — Total liberdade de movimento e de contactos. Claro que essa liberdade de movimentos deverá partir da capacidade da DPP [delegação parlamentar portuguesa] de estabelecer o seu próprio programa geral de deslocações e dentro de cada local a visitar. Mas já se diz que virá uma equipa prévia da ONU para organizar o programa — de forma que tudo leva a crer que essa liberdade será muito relativa, pois estará condicionada a um plano pré-estabelecido pelas autoridades da ocupação, com locais já previamente escolhidos, horários rigidamente estabelecidos, provavelmente dentro de um programa preenchido com visitas turísticas para mirar o progressivo desenvolvimento, o que impedirá ou diminuirá as "chances" de frutuosos contactos.

A total liberdade de movimentos e contactos são as condições mínimas que se podem exigir. Mas claro está que um cessar fogo seria de um alcance extraordinário, sobretudo sob o

ponto de vista psicológico. Falo não propriamente em relação às Falintil [Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste], mas sobretudo penso na população que está sob a repressão indonésia: uma situação de suspensão (temporária embora) das hostilidades entre os beligerantes teria um reflexo simbólico altamente positivo sobre a população — o que permitiria a todas as partes, claro, um estado de espírito mais descontraindo, mais aberto, propício, portanto, aos contactos.

Numa situação destas, os militares indonésios, assim como os seus laiaos, terão a nossa palavra de que tudo decorrerá da forma mais pacífica e ordeira possível, e nem um só fio de cabelo de um transmigrante indonésio será tocado. Uma situação de cessar-fogo dispensará o aparato de segurança que — temos a certeza — será montado em redor da DPP, o qual poderá originar acções provocatórias da parte dos militares indonésios. Desejamos receber a DPP num ambiente de alegria, num ambiente de tranquilidade. A propósito: não se preocupem, que não haverá nem manifestações pró-indonésias, nem contramanifestações. Isso tudo faz parte da propaganda de Mário Carrascalão para incutir receios

quanto à vinda da DPP. Pelo menos nessa ocasião, eles não terão a mínima possibilidade de mobilizar a população para esse fim. Noutras, para a vinda, suponhamos, de um Bob Hawke [chefe do Governo australiano], pode-se admitir que eles forcem a descida da população do interior para Díli. Mas [agora] eu penso que eles não se atreverão, na medida em que isso seria um tremendo desastre.

P. — Que locais devem eles visitar e com que personalidades se devem avistar?

R. — Não existem propriamente preferências ou prioridades. Aliás, a dita missão preparatória será quem vai estabelecer. Não adianta nada que eu os indique, porque, se eu o fizer, os funcionários indonésios integrantes dessa equipa já terão motivo para levantar obstáculos (sobre) a hora. Para nós, toda e qualquer parte de Timor-Leste é um repertório de dados. Quanto a personalidades a serem contactadas, creio que a DPP já terá ideias concretas sobre isso.

P. — Vai encontrar-se com a delegação?

R. — Penso fazê-lo — e em qualquer parte do território. Seja nas montanhas, seja na floresta, seja à beira de uma estrada, seja numa remota aldeia estratégica, o importante é que a

DPP se mostre interessada nisso. O dr. Quartim Santos parecia não o desejar [ouvido pelo PÚBLICO durante o visionamento que ontem este jornal ofereceu a representantes dos órgãos de soberania, membros de organizações políticas timorenses e de organizações de solidariedade — ver caixa —, este diplomata encarregado do "dossier" de Timor mostrou-se surpreendido com a "alfinetada" do líder timorense, pois nunca emitiu tal opinião, nem aquela é a política do Governo].

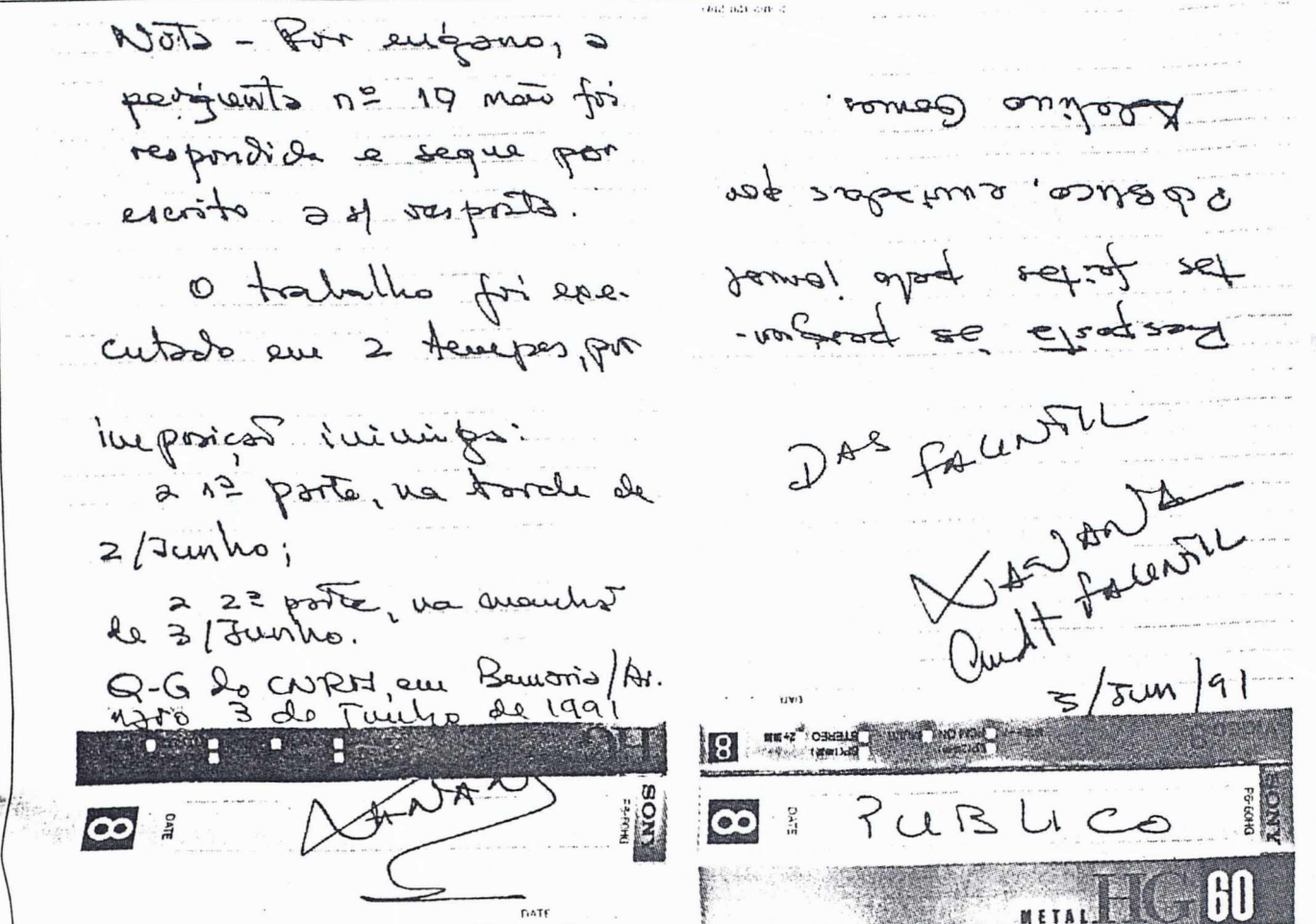
Diálogo sem pré-condição

P. — Que pretende dizer aos deputados?

R. — Essencialmente ouvidos a verdadeira estratégia de Portugal quanto ao problema. Da minha parte, procurarei expor, sucintamente, o meu pensamento sobre a proposição que f para um diálogo sem pré-condições, na preocupação apenas de ajudar a encontrar uma possibilidade de solução que satisfaça todas as partes envolvidas.

P. — Se tal não for possível, por razões logísticas ou outras, considera mesmo assim que há condições para que os deputados cumpram a sua missão?

mor será diplomática"



R. — Estou confiante que será possível, embora o [governador] Mário Carrascalão diga que ninguém sabe onde me escondo "nas íngremes montanhas" que, segundo as suas palavras, "não são nenhum brinquedo". As informações que nos chegam dizem que as autoridades militares indonésias, em coordenação com o chefe da Intel [a polícia secreta indonésia], o tenente-coronel Gatot e o seu subalterno Harto, deslocaram um contingente de tropas que estão a proceder a uma operação muito discreta de busca dentro da cidade de Dili. Há até, muito recentemente (risos), uma história que diz que os nãgalas [boinas vermelhas, equivalentes aos comandos] teriam ido à minha procura à residência do bispo. À saída, desconfiaram de um cachorro. Levaram-no consigo. O melhor da história é que, ao subirem para o carro, nem deram conta que o cachorro desaparecera... O Mário Carrascalão deve andar influenciado por estas historietas.

Eu, por mim, não me importarei se a DPP marcar o encontro no Palácio das Repartições desde que não possa encontrar-se comigo à beira de uma estrada. Quanto às condições, todos estamos preparados para garantir as condições mínimas

à DPP para que cumpra a sua missão. (...)

Outra questão que eu acho importante frisar: não haverá nenhuma guerra civil. Isso tudo faz parte da acção de propaganda de Mário Carrascalão para intimidar, tanto lá fora como cá dentro. Tudo faremos para evitar o menor acto de violência. Eu próprio faço agora um convite formal ao Mário Carrascalão para participar na nossa festa. Gostaria de conversar com ele, assim como com o Panglima (o comandante militar de Timor) nessa ocasião. Uma troca de impressões sempre ajudará a distender o ambiente durante e principalmente depois da guerra. Espero que ambos compreendam o alcance desta minha proposta, pois todos nós beneficiaríamos com esse encontro.

Visita ou romper

P. — Se não se realizar a visita, que iniciativa entende dever ser tomada no quadro das negociações entre Portugal e a Indonésia, a decorrerem actualmente sob os auspícios do secretário-geral da ONU?

R. — Seria lamentável que isso viesse a acontecer. Tal per-

calço reflectiria somente com precisão até onde chega a capacidade da potência administrante, que — segundo frisou o Presidente da República, Mário Soares, na abertura das Terceiras Jornadas de Timor — não possui outros meios que não sejam a defesa dos princípios, enquanto o puder fazer. Nós continuamos a aprender a ser realistas. Aceitaremos sem constrangimento nenhum que tal venha a acontecer.

Contudo, exigimos que as coisas se definam já e peremptoriamente: ou a DPP vem até Agosto inclusive, ou não vem. Se não se realizar a visita até Agosto, Portugal não deve aceitar continuar as negociações. Estamos praticamente manietados com as perspectivas desse convénio e paralisamos formas consequentes de luta só porque desejamos contribuir no arranjo de condições internas que facilitem a Jacarta não recuar no seu convite. Mas não podemos aceitar manter esta situação estacionária. Não podemos continuar a aceitar, digamos, esta situação de armas descarregadas.

Faço um apelo aos órgãos de soberania portugueses: por favor, não arrastem esta questão. Se Jacarta mais uma vez vier a provar que tudo não passa de suja manobra para ga-

nhar tempo, Portugal deve tomar novas iniciativas de acção. Estou de acordo com a formulação apresentada já pela DEF (delegação externa da Fretilin) à Comissão Eventual. (...) Se Portugal não romper com as negociações, nós não nos responsabilizamos pela ausência de um clima de estabilidade dentro do território que permita manter-se a ideia ou a hipótese de uma eventual visita.

P. — Se a visita se efectivar, que passos devem ser dados posteriormente?

R. — Após a apresentação do relatório da visita — que conterà, não digo novos dados, mas dados mais profundos —, creio que o secretário-geral da ONU estará capaz, será forçado até, a encaminhar as negociações sobre outro estilo. A Portugal caberá evidentemente fazer uso pleno desses dados que a DPP tiver recolhido em primeira mão. Mas [sorrindo], é preferível que eu deixe que os dados depois falem por si.

P. — Que balanço faz das negociações que decorrem entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios de Perez de Cuellar?

R. — Tudo o que posso saber é que as negociações visam essencial ou unicamente a ques-

tão desta eternamente hipotética visita da DPP. Um balanço mostraria que, da parte Indonésia, houve um fortalecimento inicial das suas posições, havendo agora um decrescendo nítido, mas continuando a deter capacidade de manobra. E que, da parte portuguesa (cujo Governo, em termos de fraqueza, eu posso comparar ao nosso exército de guerrilha...), houve nítida falta

de afoiteza política, houve ausência de sentido de oportunidade derivado do facto de não saber exactamente o que fazer.

A falta de uma estratégia clara, convictamente interessada, é tão notória que impressiona realmente. Devo dizer isto mesmo, porque ouve-se falar de secretismos, de fintas, de evasivas. Tudo isso denota uma estratégia de ponto morto, que nos conduziu a adoptar temporariamente também uma estratégia de expectativa. Não fora o Kuwait, não fora o PET [Parlamentares para Timor-Leste, um movimento internacional de deputados que tem agitado o problema], eu não sei, mas não posso adiantar mais nada. Com relação à ONU, nada se perdeu. Só sublinhou foi tempo para manter a comunidade internacional na ilusão dos bons ofícios. Isso só beneficiou os protegidos do Raffuddin Ahmed [secretário-geral-adjunto, paquistanês], empenhado em convencer a comunidade internacional de que, perante a força das circunstâncias adversas, é o povo maubere que tem que ser realista.

Se Portugal diz que compete a Portugal decidir sobre a matéria e Perez de Cuellar afirma que está sob a responsabilidade portuguesa, eu só posso fazer lembrar que as resoluções pertinentes da ONU deram conteúdo à letra da resolução 37/30 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Frente a frente com Carrascalão

P. — Devem os timorenses ser chamados a participar nelas? Quando? Quem os deve representar?

R. — No jogo da bola em que se tornou o processo, talvez seja ainda muito prematuro vaticinar a oportunidade exacta para a participação dos timorenses. É nosso ponto de vista que, após a ruptura das presentes negociações (se a Indonésia continuar com a sua negativa, a resposta mais coerente é essa), sejam chamados os representantes de Timor-Leste.

P. — Quando?

R. — A realizar-se a visita, será uma sequência das acções que forem produzidas pelo relatório da DPP, pois também cremos que será a oportunidade exacta para a participação dos timorenses.

P. — Quem os deve representar?

R. — Em princípio, a CNRM [o Comando Nacional da Resistência Maubere, no interior] ou simplesmente a Convergência Nacionalista [aliança entre a Fretilin e a UDT]. Mas quero admitir circunstâncias em que não me importaria, por exemplo, de ter um frente-a-frente com o Mário Carrascalão, quanto mais não seja para facilitar o diálogo.

P. — Que acções acha que Portugal devia ter desenvolvido — e não desenvolveu até agora — em favor do povo timorense?

R. — Prefiro não ser o juiz das acções de Portugal. Tento compreender apenas a grande pobreza de Portugal. Exigir mais do que já foi feito por Portugal pode conduzir à tendência de retirarmos a nós próprios o dever de exigir tudo o que esteja ao nosso alcance, pois trata-se unicamente da nossa própria libertação. E que mais poderei eu dizer sobre o que Portugal fez ou não fez, se vou ler que a Comissão Eventual se queixa da falta de logística e o MNE mantém tudo secreto?

P. — Passados dois anos sobre a visita do Papa a Timor, como aprecia a atitude de João Paulo II?

R. — Acompanhava, há anos atrás, a polémica da teologia da libertação. Amiudadas vezes, os dignitários da América Latina referiam-se ao Papa como sendo um polaco vivendo em Roma. Os curdos são mais filhos de Deus e os seus sofrimentos são mais intensamente vividos pelo Papa. O padre Tucci [cardeal que esteve em Jacarta a preparar a visita papal a Timor] afirmou que seria simplesmente inconcebível que a Santa Sé pudesse sacrificar os seus altos interesses por um punhado de católicos à pressão da Pancasila [ideologia constitucional a que se submete a Indonésia]. Enfim, é a política dos que não fazem política. S. Pedro deve estar a ouvir-nos [risos], na medida em que, em Timor-Leste, correm boatos de que o velho apóstolo não abre as portas aos indonésios. Oxalá seja também aos pró-indonésios...

P. — Quais as relações, neste momento, entre a Resistência e a Igreja timorense? Que apreciação faz das últimas posições do bispo de Dili, monsenhor Ximenes Belo?

R. — Com o clero timorense, dentro do espírito de unidade de princípios, óptimas — menos uns três ou quatro padres locais. Já D. Ximenes Belo, infelizmente não mudou desde o dia em que o conheci pessoalmente — a falta de firmeza, a falta de convicções é o seu ponto mais forte. Posso inclusivamente supor que se tornou num juguete dos vários interesses em acção. Não pretendo imiscuir-me em assuntos de outras instituições, sou levado a crer que a Carta Aberta do laicado diocesano [divulgada em Maio de 1990] reflecte uma situação interna complexa que tem uma explicação de fundo no >>

>> campo restrito das mãos dentro da própria igreja — manobras essas conduzidas ou simplesmente executadas por D. Ximenes Belo (...). Dentro disto tudo [sorriso], D. Ximenes Belo parece que ainda não se encontrou a si mesmo.

Guerrilha apartidária

P. — Abandonou a Fretilin em Dezembro de 1988. Posteriormente, terá pedido o reingresso. Quais são as suas relações neste momento com este partido?

R. — Eu saí da Fretilin em Dezembro de 1987. As relações hoje são menos tensas, mas existem desconfianças políticas e não fui eu quem as criou nem quem as desejou.

P. — E os restantes comandantes da guerrilha: pertencem ou não à Fretilin?

R. — Aceitaram todos o conceito do apartidarismo. Hoje não pertencem à Fretilin.

P. — Existe algum comandante ou quadro da Resistência filiado ou representando outros partidos de Timor?

R. — Não existe.

P. — Qual é o papel desempenhado actualmente pelos estudantes na resis-

tência anti-Indonésia?

R. — Eu definiria-o essencialmente como um papel de continuidade. A nova geração sentiu que lhe cabe manter acesa a chama da resistência; este apelo, que tão prontamente os estudantes assumiram, reveste-se de aspectos com grandes reflexos na resistência popular e global. As velhas gerações, com duas guerras vividas, vêem assim um resultado palpável dos seus sacrifícios e a resposta aos seus anseios, esperanças e fé.

É, por outro lado, a confirmação prática de que as pessoas podem morrer mas as ideias são imortais. Por último — e eu creio ser este o mais importante — é um caminhar para a renovação de ideias, é uma busca incessante da inovação de concepções, um desejo de explicar o presente e uma preparação mais ou menos cuidadosa do futuro que a eles pertencerá.

P. — A resistência civil é apartidária ou as suas acções subordinam-se à direcção da luta armada?

R. — A resistência não é totalmente apartidária, se tivermos em conta a grande influência política da Fretilin. Mas é apartidária ou, digamos, despartidarizada, porque as suas acções se subordinam à direcção da luta armada.

Os que se assustam com esta situação, vamos lá dizer de desorganização política ou partidária (o que não é totalmente verdade), são os que não possuem o mínimo contacto com esta situação de guerra. Tanto as massas populares como os próprios quadros da Fretilin concebem o actual momento da luta em termos da libertação da pátria, e não em termos de, por exemplo, a Fretilin ser o único representante, ser a vanguarda, a Fretilin detém o controlo, detém a maioria ou, ainda, a Fretilin é quem conduz a luta e não a UDT.

Não negam o papel relevante assumido pela Fretilin, mas apercebem-se de que a UDT pode vir a ganhar as eleições gerais caso a Fretilin (eventualmente no poder) não cumpra com as suas promessas eleitorais. Entenderam que, se isso vier a acontecer no futuro, a população não pode manter-se escrava da política dos katuas [veteranos]. Esta percepção do futuro não retira um ápice do valor, da glória da Fretilin no presente.

P. — Em que zonas do território actua, neste momento, a guerrilha?

R. — Creio que já foi divulgado aí, em 1984-85, um pequeno mapa feito pelo próprio inimigo em que se vê o enquadramen-

to dos agrupamentos guerrilheiros. Hoje, já com sucessivas alterações produzidas pelo profundo internamento de aldeias estratégicas nas nossas áreas, posso dizer ou devo dizer que a definição das zonas em termos gerais permanece a mesma.

P. — Quantos são os combatentes de armas na mão?

R. — Eu preferiria dizer que desde 1979 permanecemos exactamente os mesmos 50 fugitivos da ponta leste [referência irónica às autoridades indonésias, que desde essa altura falam sempre nas mesmas dezenas de fugitivos].

P. — Depois das conversações de Março de 1983, voltou a haver contactos com as autoridades, militares ou civis, indonésias? Quando? Onde? Com que resultados?

R. — Contactos pessoais não. Em fins de Agosto de 1989, o Panglima abordou dois jovens estudantes que foram até ao mato festejar connosco o dia das Faltas. Estes disseram ao homem que tínhamos abordado questões também sobre a autonomia. Mostrando-se interessado, ele afirmou aos dois que uma autonomia era melhor do que a guerra e indicou-os para reatarmos os contactos comigo. Embora sabendo que “o diabo no inferno é menos mentiroso”, nas palavras que um papa me escreveu, aceitei um eventual contacto, procurando para tal incluir representantes da Cruz Vermelha Internacional e (na ausência do bispo) um seu representante, afim de evitar actos de traição por parte dos militares indonésios.

A grande agente da Intel Olandina Caeciro, que se tornou mecenas dos dois jovens — um deles chama-se Armandino, filho do ex-primeiro-sargento José da Silva, e o outro chama-se Fernando —, queria por sua vez protagonizar tal acto. Soubemos por outras fontes que se estava preparando uma operação para a minha captura ou eliminação. Antes disso, em Dezembro de 1989, o bispo escreveu-me pedindo um encontro pessoal para resolvermos o problema, tendo até declarado a disposição do Canali [nuncio apostólico em Jacarta] e da Santa Sé para, através da Cruz Vermelha, arranjar um repatriamento dos guerrilheiros.

Afirmou na carta que Portugal já reconhecera a integração; que a Convergência não se entendia e a Fretilin se dividira ou se partira em três partidos; que só a sua igreja é que estava unida; que os corredores do Vaticano indicavam uma solução em bahasa indonésia [a língua oficial] “que cada kabupaten [condado] iria ter um batalhão para o pambangunan” [desenvolvimento]; e, claro, que nada mais haveria a fazer, já que a sua própria carta ao secretário-geral da ONU nem sequer tinha obtido resposta. Rematou com “a política é a ciência do possível”, que deveria ter retirado do livro de bolso do “Black and White”...

P. — Acredita numa solução para os próximos anos? Qual é a que, do seu

ponto de vista, irá prevalecer: a diplomática (através da ONU), ou a política (mudança de regime na Indonésia), ou a militar?

R. — Há 16 anos que lutamos para que isso aconteça. Creio que será uma solução diplomática, terreno em que tanto Portugal como nós nos podemos mexer com um campo de manobras mais amplo e resultados mais prometedores. Dependendo de circunstâncias eventuais, a mudança de regime na Indonésia pode condicionar favoravelmente. Porém, penso que tal não ocorrerá tão cedo. Só posso começar a perspectivar mudanças na Indonésia quando a oposição democrática começar a provar uma real capacidade de mobilizar as massas. O regime é ainda muito forte e o povo indonésio parece estar embalado com o pambangunan... Isto é apenas uma opinião pessoalíssima, sem um conhecimento razoável da movimentação.

P. — Como é o seu dia-a-dia?

R. — Inteiramente dedicado à luta, entre dificuldades internas de toda a ordem e a necessidade de se obter uma visão global nas suas várias vertentes.

P. — Dorme em casas ou no mato?

R. — Em mais de 90 por cento dos casos durmo no mato, com os meus companheiros.

Café e vinho de palmeira

P. — De que se alimentam os guerrilheiros?

R. — De tudo o que pode ser digerido pelo estômago, desde o que se pode colher ou pode dar a nossa terra — como recursos naturais — ao que se pode colher nas várzeas, nas hortas da população.

P. — O que bebem?

R. — Normalmente café, pois temos sob nosso controlo muitas pequenas plantações de café. Dependendo do local e do período de permanência, alguns agrupamentos extraem vinho da palmeira, mas destina-se simplesmente a atender a casos ou momentos como um casamento, dias festivos, ou para celebrar algum encontro entre agrupamentos.

P. — Sente-se um homem constantemente acossado ou tem momentos de distensão? O que faz nessas alturas?

R. — Acossado? Nem por isso. Tenho permanecido nalguns locais entre três e 12 ou mesmo 15 meses. Mudo de base quando os sinais da nossa presença são já susceptíveis de chamar a atenção do inimigo. Chamaria momentos de distensão aos períodos mais ou menos longos em que estou junto das forças de um ou mais agrupamentos. Aí trato de resolver os seus problemas, saber o que sentem perante as enormes dificuldades desta guerra. Aí estabelecemos novas ideias, formulamos novos planos de acção, reafirmamos as nossas convicções, os nossos princípios, a nos-

sa determinação, os nossos ideais.

Nessas ocasiões uso tratar dos feridos, dos doentes, brinco com as crianças, ajudo os meus companheiros combatentes em outras actividades, como na cozinha, por exemplo — para produzir sagu [farinha extraída da palmeira] ou apanhar caleics [fruta tipo noz, mas mais achatada, que se come depois de cozida várias vezes] —, ou aproveito mesmo para coser a minha roupa.

P. — De que é que tem mais saudades, no que respeita ao dia-a-dia de um homem livre? Passear? Ir ao cinema? Almoçar num restaurante?

R. — A pergunta é excessivamente deslocada em tempo. São já 16 anos de mato. Não guardo saudades disso tudo ou mesmo de nada. A luta em que me empenho é superior a isso tudo. Como deve ter já ouvido, eu estive em Dili e regressiei com maior vontade de lutar. Quero acrescentar que não foi só desta vez que tomei contactos com formas de vida passíveis de suscitar recordações. Tenho procurado educar-me constantemente nesse aspecto. A verdadeira saudade, talvez seja da paz, e vou continuar a lutar para a readquirir.

R. — Alguma vez desesperou da luta? Em que momento(s)?

R. — Se me acredita, em nenhum momento. Tive, sim, momentos de grande angústia e aperto psicológico, porque me sentia incapaz de evitar alguns desastres, casos como o cerco de Aitana, em Setembro de 1981, apenas seis meses após a reorganização, ou quando passei para as regiões centrais, em 1980. O vazio que encontrei assustou-me deveras. Nem Mau Hunu, nem Tchai nem eu próprio — os três membros sobreviventes do CCF (Comité Central da Fretilin) — tínhamos as mínimas condições subjectivas para conduzir a luta naquele estado.

Posteriormente, a guerra endureceu os meus sentimentos. Quaisquer dificuldades foram sendo sentidas no seu contexto e sempre com o propósito firme de vencê-las ou, pelo menos, torneá-las.

RDP sem interesse

P. — Sabe o que se passa no mundo através de que fontes? Que estação de rádio ouve?

R. — Pela rádio: BBC, Rádio Suíça Internacional, Rádio Nederland. A Voz da América, pela sua hora de transmissão, só a sintonizamos quando determinados acontecimentos aconselham um melhor acompanhamento, como por exemplo a recente assinatura de acordos de cessar-fogo em Lisboa. Acompanhava a RDP Internacional, mas reparei que estava a sacrificar o sono, já que os programas não são muito atraentes para o auditório de Timor-Leste. Além de que tudo o que passa no mundo [sorriso] muitas vezes circunscreve-se a



Escola de Comércio de Lisboa

- CURSO DE TÉCNICO DE COMÉRCIO
- CURSO DE TÉCNICO DE PROMOÇÃO DE VENDAS

Destinado a jovens com o 9.º ano de escolaridade e ainda a PROFISSIONAIS DE COMÉRCIO com a mesma habilitação.

Com uma duração de 3 anos, este curso dá-lhe EQUIVALÊNCIA AO 12.º ANO, permitindo-lhe ingressar no ENSINO SUPERIOR, ou escolher mais facilmente uma SAÍDA PROFISSIONAL na área do comércio.

Trata-se de um ensino de QUALIDADE utilizando os MÉTODOS PEDAGÓGICOS mais exigentes.

A ESCOLA DE COMÉRCIO DE LISBOA foi criada por contrato celebrado entre o GETAP/Ministério da Educação e a Aula de Comércio (Câmara Municipal de Lisboa, Confederação do Comércio Português, União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa e a Ensinus, SA). Tem o apoio do IEFP/Ministério do Emprego e da DGCI/Ministério do Comércio.

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

EDIFÍCIO STANDARD ELÉCTRICA - TRAVESSA DA GALÉ, 36

1300 LISBOA - TELEF. 364 95 95 • FAX 364 95 97

>> um município de Portugal.

Consegui sintonizar também uma outra emissão das 18h00 locais mas, para o que necessitamos, até a Rádio França Internacional à mesma hora, em espanhol, para a América Latina, e a Rádio Exterior de Espanha são mais interessantes, porque fornecem uma panorâmica mundial muito coerente e uma boa consequência dos acontecimentos. Em inglês, a rádio Austrália e a BBC.

P. — Chega-lhe algum jornal? Qual? Lê livros? Quais?

R. — Aproveito para pedir que me enviem o vosso PÚBLICO, pois até agora tenho recebido só recortes que falam quase exclusivamente sobre Timor-Leste — um trabalho de compilação do CIDAC [Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, em Lisboa, que dá apoio logístico a organizações de solidariedade entre as quais a CDDP-Comissão de Defesa dos Direitos do Povo Maubere]. Quanto a livros, muito difícil. Recebi no ano passado um, escrito e oferecido pela Jill Jolliffe [jornalista australiana residente em Lisboa, uma das maiores especialistas de imprensa na questão timorense]. Só ainda há dois meses consegui obter em Díli o "Funu", de Ramos Horta.

Mandaram-me livros cujos pensamentos políticos estavam expressos essencialmente sob uma óptica religiosa e não posso dizer que responderam às minhas necessidades de aprofundar conhecimentos. Além de que a forma sintética de apresentar as exposições, os termos, as referências filosóficas, ideológicas, estavam para cima, muito para cima das minhas capacidades. Devem compreender que não posso bases teóricas de escola — nem filosóficas, nem políticas. O que possuo, se é que se pode falar assim, é uma formulação a partir desta escola prática da guerra. Uma escola que se pode dizer mesmo audiovisual [riso], na medida em que escuto permanentemente as emissoras, por necessidade imperiosa da nossa luta. Daí que as concepções que tenho e as conclusões que tiro padeçam necessariamente de uma natureza fragmentária. A leitura, na verdade, era a minha doença há 16 anos.

P. — Que tipo de organização social e política defende para Timor-Leste?

R. — Uma sociedade democrática, onde o respeito pelas liberdades individuais seja garantido pela Constituição. Uma sociedade multipartidária, onde os debates livres e democráticos assegurem a livre iniciativa e despertem o engajamento colectivo para o desenvolvimento do país. Uma sociedade sã, onde o combate à corrupção deverá andar, lado a lado, com o combate à miséria; onde a preocupação pela saúde não deve afastar-se da definição clara de uma política acertada para o incremento da produção e onde estilo de vida não deve romper o quadro de um país essencialmente agrícola.

Uma sociedade que deseja erradicar o atraso, onde, a par da formação metódica das novas gerações, a educação massiva da população deve ser considerada mais prioritária e mais produtiva do que as simples campanhas de alfabetização; onde o amor pelo próprio e o desenvolvimento não devem, por um lado, incentivar o crescimento imparável de desocupados e, por outro, devem ser condicionados em termos de previsão das consequências ambientais futuras para uma meia ilha tão pequenina como a nossa.

Uma sociedade que procurará reafirmar gradualmente a sua própria identidade, nos elementos visivelmente viciados pela dominação estrangeira; uma sociedade que terá que procurar salvaguardar as suas tradições e cultura nacionais, suas línguas, seus valores, seu pensamento, sua filosofia, sua mentalidade.

"Não quero ser poder"

P. — O CNRM aceitaria, obtida a autodeterminação, submeter-se a eleições em igualdade de condições com outras formações políticas existentes ou a surgir entretanto?

R. — A pergunta pretende que eu esteja preparado para tomar o poder, o que não faz sentido, ou esteja vinculado ainda a determinada formação política [a Fretilin], tornando assim incongruente o meu apartidarismo. Nem o CNRM é uma formação política em si mesma, nem as Falintil pretendem algo que seja, quando se fala de igualdade de condições com outras formações políticas. O problema não está em aceitar ou não eleições livres. O comando da resistência advoga essas mesmas eleições entre as diversas formações políticas que existem em Timor-Leste.

P. — Aceitaria uma solução baseada no reconhecimento pela Indonésia, avaliada pelas Nações Unidas, de um estatuto de autonomia especial que, garantindo o respeito pelos direitos humanos e preservando a cultura, a religião e a identidade timorenses, dotasse o territórios de órgãos de governo próprios, no quadro da república indonésia?

R. — Já declarei que aceito um diálogo sem pré-condições. Esta disposição significa que só na mesa das conversações todas as partes interessadas, incluindo necessariamente o povo maubere, discutirão todas as possibilidades de solução. Para cada possibilidade a ser apresentada, haverá debates francos e sérios, já que cada uma delas estará revestida de perspectivas das suas implicações, na base da natureza própria de cada um. Um diálogo nestas condições é que poderá aplanar obstáculos e deverá estabelecer plataformas consensuais, que naturalmente encaminharão a uma solução justa e global do conflito. ■

A convite do PÚBLICO

Personalidades 'vêm' e comentam entrevista

Fernando Sousa

Na tarde de ontem, a convite do PÚBLICO, um grupo de personalidades visionou a cassette com as respostas de Xanana Gusmão. Presentes, representantes dos três órgãos de soberania, da Convergência Nacionalista (Fretilin e UDT) e de organizações de solidariedade com Timor-Leste.

Corregedor da Fonseca, deputado da Intervenção Democrática e membro da Comissão Eventual de Acompanhamento da Questão de Timor-Leste, considera que foi o mais importante depoimento recolhido nos últimos anos a Xanana Gusmão. Este "mostrou ser um homem de paz e defensor da liberdade e sem emoções demonstrou grande serenidade e realismo na análise da situação.

A entrevista "desmente", segundo Corregedor, "alguns oportunistas que deviam ser chamados à responsabilidade em Portugal pois verificou-se que Xanana não estava tuberculoso nem interessado em capitular apesar das dificuldades" e que o trabalho vai servir à Assembleia da República, nomeadamente à Comissão Eventual, para uma "apreciação rigorosa das razões de Xanana Gusmão, que se mostram muito úteis".

Afirma que a situação foi arrastada por Portugal, "nomeadamente pelo Governo que tem facilitado a estratégia indonésia por pouco ou nada ter feito durante muito tempo". Só depois da deslocação de deputados portugueses e estrangeiros à ONU é que o Governo e a AR tomaram a iniciativa que se mostrou logo muito atrasada possibilitando a Jakarta o arrastamento da situação impedindo a deslocação parlamentar em tempo útil.

Para Corregedor da Fonseca ficou ainda patente que Timor-Leste não é um facto consumado permanecendo como um assunto de Estado que deverá ser abordado na próxima legislatura com "uma consciência mais culta, mais informada e menos personalizada", de modo a permitir nomeadamente uma actuação mais positiva da Comissão Eventual.

Rui Silva, ex-deputado do PRD, disse que a entrevista vem alertar mais uma vez as autoridades portuguesas quanto à necessidade de criação de condições para que a delegação parlamentar possa deslocar-se a Timor. "Se tal não acontecer poderemos concluir que há um fracasso da diplomacia portuguesa e arriscamo-nos a ouvir a Indo-

nésia a afirmar que Portugal não sabe o que quer e que Jacarta tinha razão quando dizia, em 1975, que Lisboa abandonou efectivamente o território.

Sublinhou ainda o "alerta" de Xanana segundo o qual, se não se verificarem urgentemente desenvolvimentos que levem à deslocação dos deputados, ele não se responsabiliza pela continuação da estabilidade de que se verifica no território. "Suponho que se refere ao reinício das hostilidades em força e à impossibilidade de conter as manifestações de jovens que vinham ocorrendo na expectativa criada à volta da visita".

"Falta de informação"

António Maria Araújo, dirigente da Fretilin, compreende "a ansia" que Xanana Gusmão mostrou em que o processo se desenvolva o mais depressa possível, "na medida em que ele está no terreno e melhor que ninguém conhece as potencialidades da resistência e as reacções do povo", mas afirma que "a Fretilin também não pode negar os passos qualitativos evidentes que Lisboa tem dado relativamente aos anos anteriores, tanto da parte do Presidente da República como da parte do Governo".

O dirigente explicou as críticas de Xanana pelas "dificuldades de informação do exterior" que impossibilitam "acompanhar a par e passo as acções desencadeadas pelo Governo português", sublinhando no entanto o "alerta" do comandante timorense sobre o arrastar da visita dos deputados que poderá ter incidências negativas na suspensão temporária das operações da Fretilin e permitir à Indonésia o reforço de posições tanto no campo militar como no diplomático.

A "humildade e a modéstia, mas também a lucidez e a determinação [de Xanana Gusmão] na luta pela autodeterminação e independência do povo timorense" impressionaram Vicente Guterres, dirigente da União Democrática Timorense (UDT), movimento que integra com a Fretilin a Convergência Democrática. "Os timorenses podem sentir-se orgulhosos de terem um verdadeiro líder em Xanana Gusmão". Guterres verificou "com satisfação que Xanana sente que, acima de tudo, o que interessa neste momento é a luta do povo timorense em defesa dos seus interesses em detrimento de outros nomeadamente partidários".

Relativamente à visita dos deputados, os timorenses pretendem "que ela se efectue o mais rapidamente possível, mas por outro lado querem saber se essa visita está enquadrada numa estratégia global de solução para Timor ou se se trata apenas de uma iniciativa isolada à margem de um projecto que

aponta para a defesa da autodeterminação e independência do povo timorense".

Guerreiro e "estadista"

"Um estadista que tem não só uma visão global da luta armada, mas também uma visão global do ponto de vista político e diplomático, com uma estratégia política sobre a evolução do conflito subordinada ao ponto principal de conseguir a realização de conversações com todas as partes envolvidas, incluindo o próprio povo timorense", foi como Luís Teotónio Pereira, da Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), viu a entrevista. Xanana Gusmão faz neste sentido várias propostas para tornar possível as conversações e criar um clima propício com a Indonésia.

Para Ana Nunes, do movimento "A Paz É Possível em Timor-Leste", "este trabalho vem esclarecer algumas imagens defeituosas que alguns jornalistas trouxeram cá para fora, quer

quanto à saúde de Xanana Gusmão, quer sobre a sua iminente capitulação". Confirma também a imagem que já tinha dele através dos seus escritos e mensagens "e que é a do homem extremamente coerente e vertical, aberto ao diálogo e à negociação".

Destacou também o "recado" enviado por Xanana aos órgãos de soberania portugueses lembrando a falta de uma estratégia definida sobre Timor-Leste, prendendo-se isto com outro "recado", este sobre a visita da delegação parlamentar, que levou à contenção da resistência, não tendo este esforço sido compensado com uma política coerente da parte da potência administrante dado o arrastamento a que a visita tem estado sujeita.

Finalmente, a dirigente do movimento "A Paz É Possível em Timor-Leste" pensa que a análise que Xanana Gusmão faz, por outro lado, da figura de Ximenes Belo, bispo de Díli, não poupa justas críticas à política do Vaticano quanto a Timor-Leste. ■

COMUNICADO DE IMPRENSA

O Grupo Suíço "Winterthur" reforça a sua posição no continente Australiano.

O Grupo Suíço "Winterthur", ao qual pertence a Companhia Europeia de Seguros, SA, reforçou a sua posição no continente Australiano através da aquisição da maioria das acções do Grupo CIC.

Este grupo está colocado no 5.º lugar do ranking de seguradoras privadas a operar na Austrália apresentando um volume de prémios na ordem dos 350 milhões de dólares australianos.

Com esta tomada de posição, o Grupo "Winterthur" marca a sua presença num outro mercado importante da Ásia e da zona do Pacífico, prosseguindo, assim, os seus objectivos estratégicos de expansão pelos principais mercados mundiais.



**BRINDES
DESIGN
CRIAÇÃO
PRODUÇÃO
QUALIDADE
DINÂMICA
PRESTÍGIO
EFICÁCIA
ARTE**